



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO

LEI DELEGADA N.º 01 DE 23 DE JANEIRO 2017

“Dispõe sobre a criação da unidade administrativa da Procuradoria Jurídica do Município de Santana do Ipanema, renomeando e criando cargos, e dá outras providências.”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA, no uso da delegação constante da Resolução nº 1/2017, decreto a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta lei cria e organiza a Procuradoria Jurídica do Município, como órgão que compõe a estrutura administrativa, definindo as atribuições e dispondo sobre o regime jurídico dos seus integrantes.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 2º. A Procuradoria Jurídica do Município é constituída dos seguintes cargos:

- I – Procurador-Geral do Município;
- II – Subprocuradores do Município;
- III – Procurador Jurídico;
- IV – Assessor Técnico;

§ 1º. Ficam criados os cargos descrito no Anexo I desta lei, de natureza estatutária, para provimento no quadro do Poder Executivo Municipal cuja relação de trabalho entre os servidores ocupantes dos cargos será regida pelo Estatuto dos Servidores do Município e os vencimentos dos servidores públicos que ingressem no Quadro de Pessoal do Poder Executivo serão fixados na forma definida nos Anexos desta Lei.

§ 2º. O Procurador-Geral do Município, os Subprocuradores do Município e os Assessores Técnicos serão nomeados em comissão pelo Prefeito Municipal.

§ 3º. Os demais cargos serão providos em caráter efetivo e serão preenchidos por concurso público.

Art. 3º. A Procuradoria Jurídica do Município, órgão integrante do Poder Executivo Municipal, compete:

- I – exercer a representação judicial e extrajudicial do Município, bem como a consultoria jurídica do Poder Executivo;
- II – exercer as funções de assessoria técnico-jurídica do Poder Executivo;
- III - promover a cobrança de dívida ativa municipal;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO

V – emitir parecer em consulta formulada pelo Prefeito Municipal, por Secretário Municipal ou por dirigente de órgão autárquico;

V – auxiliar o controle interno dos atos administrativos;

CAPÍTULO III
DO PROCURADOR-GERAL E DOS SUBPROCURADORES.

Art. 4º. O Procurador-Geral do Município e os Subprocuradores serão escolhidos dentre advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil e nomeados em comissão pelo Prefeito Municipal, com prerrogativa de Secretário Municipal apenas ao Procurador Geral;

Art. 5º. São atribuições do Procurador-Geral:

I – dirigir o Departamento Jurídico do Município, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II – propor ao Prefeito Municipal a anulação de atos administrativos da administração pública municipal;

III – propor ao Prefeito Municipal o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo;

IV – receber citações, intimações e notificações nas ações em que o Município seja parte;

V – assessorar a Secretaria Municipal competente na elaboração da proposta orçamentária;

VI – firmar, como representante legal do Município, contratos, convênios e outros ajustes de qualquer natureza;

VII – firmar, conjuntamente com o Prefeito Municipal, os atos translativos de domínio de bens imóveis de propriedade do Município, ou daqueles que vierem a ser por estes adquiridos.

Art. 6º. Os Subprocuradores possuem funções de assessoramento imediato e especializado do Procurador Geral do Município, em matérias da respectiva competência, cuja regulamentação será realizada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. São atribuições dos Subprocuradores:

I – coordenar as atividades da Procuradoria Geral do Município;

II – receber e distribuir, para os demais procuradores, conforme a competência de cada um, processos ou consultas administrativas para elaboração de informações ou pareceres, bem assim os expedientes para propositura de ações ou defesa em juízo dos interesses do Município;

III – propor ao Procurador-Geral medidas que entenda necessárias à melhoria dos serviços afetos ao Departamento Jurídico do Município de Santana do Ipanema;

IV – baixar, quando autorizado pelo Procurador-Geral, atos normativos do interesse do Departamento Jurídico do Município de Santana do Ipanema;

V – promover a uniformização de procedimentos e a cooperação entre os diversos órgãos operativos;

VI – exercer, por delegação do Procurador-Geral do Município, outras atribuições compatíveis.

Art. 8º. A subprocuradoria será dividida em judicial e administrativa.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO IV
DOS PROCURADORES JURÍDICOS

Art. 9º. Os Procuradores do Município serão providos em caráter efetivo, após prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, obedecendo-se, nos atos de nomeação, à ordem classificatória.

Art. 10. Os Procuradores do Município tomarão posse perante o Prefeito Municipal e o Procurador-Geral, mediante compromisso formal de estrita observância das leis, respeito às instituições democráticas e cumprimento dos deveres inerentes ao cargo.

Art. 11. São atribuições dos Procuradores Jurídicos:

- I – representar o Município em juízo, ativa e passivamente, e promover sua defesa em todas e quaisquer ações;
- II – promover a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa e dos demais créditos do Município;
- III – elaborar informações a serem prestadas pelas autoridades do Poder Executivo em mandados de segurança ou mandados de injunção;
- IV – emitir parecer sobre matérias relacionadas com processo judiciais em que o Município tenha interesse;
- V – apreciar previamente os processos de licitação, as minutas de contratos, convênios, acordos e demais atos relativos a obrigações assumidas pelos órgãos da administração direta do Poder Executivo;
- VI – apreciar todo e qualquer ato que implique alienação do patrimônio imobiliário municipal, bem como autorização, permissão e concessão de uso;
- VII – subsidiar os demais órgãos em assuntos jurídicos e desempenhar outras funções correlatas.

CAPÍTULO V
DAS PRERROGATIVAS E DEVERES

Art. 12. Aos Procuradores do Município aplicam-se as vedações e as incompatibilidades previstas na Lei 8.906, de 04 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia).

Art. 13. São prerrogativas do Procurador Geral, subprocuradores e procuradores jurídicos do Município:

- I – não ser constrangido de qualquer modo a agir em desconformidade com sua consciência ético-profissional;
- II – requisitar, sempre que necessário, auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições;
- III – requisitar das autoridades competentes certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV – ingressar livremente em qualquer edifício ou recinto onde funcione repartição pública do Município e requisitar documentos e informações úteis ao exercício da atividade funcional.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 14. São deveres do Procurador Geral, Subprocuradores e Procuradores Jurídicos do Município:

- I – urbanidade;
- II – lealdade às instituições a que serve;
- III – desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que lhe forem atribuídos pelo Procurador-Geral;
- IV – guardar sigilo profissional;
- VI – representar ao Procurador-Geral sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atribuições;
- VII – frequentar seminários, cursos de treinamento e de aperfeiçoamento profissional.

**CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 15. Esta Lei Delegada renomeia o cargo de Procurador Geral do Município, criado pela Lei n.º 698, de 31 de dezembro de 2002, cria os cargos efetivos de Procurador do Município e comissionados Subprocuradores, dispondo sobre a remuneração, a qual não poderá exceder a do Prefeito Municipal.

Art. 16. Esta Lei Delegada aumenta o cargo de Assessor Técnico criado pela Lei n.º 698, de 31 de dezembro de 2002, aumentando o numero de cargos existente, conforme anexo desta Lei.

Art. 17. A presente Lei Delegada elava o cargo de Chefe de Gabinete do Prefeito criado pela Lei n.º 698, de 31 de dezembro de 2002 ao status de Secretário Municipal.

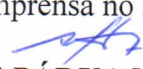
Art. 18. Esta lei delegada entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro de 2017, para os cargos já existentes no atual quadro da Administração (Lei n.º 698, de 31 de dezembro de 2002), revogando as disposições em contrário, especialmente aquelas constantes da referida Lei.

Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, 23 de janeiro de 2017.


ISNÁLDO BULHÕES BARROS
Prefeito

A presente Lei Delegada foi registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicada através da fixação de editais no mural do prédio da Prefeitura e nos lugares públicos, como de costume, em virtude da inexistência de imprensa no Município, em 23 de janeiro de 2017.


ANTONIO DE PÁDUA NUNES BATISTA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

Item	Cargo	Vagas	Provimento	Pré-Requisito	Salário Base	C.Horária
01	Procurador Geral	01	Comissão	Bacharelado em Direito com inscrição na OAB.	Secretário Municipal	40
02	Subprocuradores	02	Comissão	Bacharelado em Direito com inscrição na OAB.	R\$5.000,00	40
03	Procuradores Jurídicos	03	Efetivos	Bacharelado em Direito com inscrição na OAB.	R\$4.500,00	40
04	Assessor Técnico	03	Comissão	Nível Médio	R\$1.800,00	40